

3. A família e as Relações Familiares

3.1. A Família

“Todas as famílias felizes se assemelham; mas cada família infeliz é infeliz a seu modo.”

Leon Tolstoi

Para o Assistente Social, pensar e repensar a família a cada dia torna-se uma exigência. A estrutura familiar cada vez mais é vista com base estratégica para consolidação e condução de políticas públicas. A família, hoje tanto quanto nos séculos anteriores, é uma instituição onde estão presentes elos parentais e sociais. Os vínculos que unem as famílias atualmente vão além do que simplesmente laços sanguíneos.

Pode-se então dizer, que família constitui-se um conjunto de exigências que organizam a interação dos membros da mesma. Assim, no interior da família, os indivíduos podem constituir subsistemas, podendo estes ser formados pela geração, sexo, interesse e/ ou função, havendo diferentes níveis de poder, e onde os comportamentos de um membro afetam e influenciam os outros membros.

As sociedades humanas foram até hoje regidas por elos de pertencimento. Grupos de descendência e de residência formados pelo parentesco engendram uma solidariedade multifuncional que vem a determinar o casamento, as heranças, a regulação de conflitos, cultos e outras associações.

Ao discorrer-se sobre a família em geral tem que se referir a um núcleo que varia de quantidade e de atores. Atualmente o motivo da unidade desse grupo varia, não prevalecendo somente o casamento, mas principalmente os laços afetivos representando um elo entre as pessoas. Apesar das várias formas de união a manifestação a categoria parentesco ainda perdura.

De acordo com Laburthe-Tolra:

“A organização do parentesco concretiza-se nos diferentes tipos de família. O conceito de família é bastante impreciso. No sentido estrito da palavra, é um grupo de pessoas ligadas pelo sangue, pelo casamento ou pela adoção e habitualmente residindo junto, tendo por objetivo a sobrevivência econômica, a identificação individual e coletiva, e a criação de eventuais rebentos. Mas toda a família concreta modifica-se e se desfaz sem cessar, ao passo que o sistema de parentesco perdura” (1997:105).

A Antropologia emprega a palavra família para definir esse grupo de parentes que co-residem. Muitas vezes as pessoas que convivem sob o mesmo teto não se relacionam de maneira agradável afetivamente, porém os elos de parentesco ou vínculos sanguíneos permanecem. Algumas vezes também não existe o elo sanguíneo, mas as relações fortalecem as uniões de maneira efetiva.

Porém, processos profundos de transformações econômicas, sociais e culturais trouxeram a tona novos modelos de família. Embora ainda se encontrem núcleos onde persiste o modelo marcado por uma forte hierarquia masculina, a família hoje cada vez mais vem se mostra como espaço inovador, democrático e igualitário e, portanto, também gerador de contradições e conflitos.

A expectativa é que na família os membros encontram os elementos necessários para que possam viver uma vida saudável, pelo menos assim se espera. De acordo com Kaloustian:

“É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo matérias necessárias ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal, é em seu espaço que são absorvidos os valores éticos e humanitários, e onde se aprofundam os laços de solidariedade. É também em seu interior que se constroem as marcas entre as gerações e são observados valores culturais” (2004:12).

Na família ocorrem os fatos essenciais da vida do ser humano, desde o nascimento até a morte. Além das atividades de cunho natural, biológico, a família é o ponto de partida fecundo para a vida sócio-cultural, política com suas vivências dos problemas e de sucessos.

É nesta ambientação primária que o homem se distingue dos demais animais, pela susceptibilidade de escolha de seus caminhos e orientações, formando grupos elementares onde desenvolverá sua personalidade, na busca da felicidade e realizações.

A concepção de família, de maneira geral, remete à que se tem, à que se sonha, à que se vê, à que se convive, à dos amigos, à que é retratada nas novelas e pela mídia em geral. Vários são os estudos sobre família, sobre o modelo triangular: pai, mãe e filhos que compunha uma unidade que combinava autoridade e amor parental que afirmam que este está em processo de mudança.

De outro lado em se tratando das famílias menos abastadas que sofrem as conseqüências da ausência de investimentos em políticas públicas de promoção cabe desenvolver mais estudos sobre suas relações familiares. Pois se espera que a sociedade desempenhe esforços a fim de proteger esse primeiro núcleo social, para que possa ser criado um ambiente favorável para o pleno desenvolvimento social de todos os seus membros, sejam eles crianças, idosos, adolescentes ou mesmo os adultos – mulheres e homens.

Encontra-se com mais facilidade estudos sobre crianças de rua, idosos abandonados, adolescentes infratores, adolescentes grávidas, numa família onde os pais possuem baixa escolaridade ou nenhuma, prole extensa, abandono escolar por parte das crianças, desemprego ou subemprego dos genitores, sobrevivência através da caridade e assistencialismo de Igrejas, Centros Comunitários, vizinhos, sociedade civil de maneira geral.

Mas, é importante seguir o trajeto das políticas sociais e seu movimento histórico para situar-se o lugar ocupado nelas pela família.

No contexto brasileiro segundo Cynthia A. Sarti:

“A partir da década de 1960, não apenas no Brasil, mas em escala mundial, difundiu-se a pílula anticoncepcional, que

separou a sexualidade da reprodução e interferiu decisivamente na sexualidade feminina. Esse fato criou as condições materiais para que a mulher deixasse de ter sua vida e sua sexualidade atadas à maternidade como um ‘destino’, recriou o mundo subjetivo feminino e, aliado à expansão do feminismo, ampliou as possibilidades de atuação da mulher no mundo social. A pílula, associada a outro fenômeno social, a saber, o trabalho remunerado da mulher, abalou os alicerces familiares...” (2007:21-22)

Observa-se que nos anos 70 a opção das políticas sociais recaía sobre a mulher no grupo familiar. Até a metade do século XX o trabalho doméstico era a principal atividade da mulher e nos anos 80 ela também se torna responsável pela renda familiar- com o aparecimento da dupla jornada -, a limitação de oportunidades de emprego, juntamente com o “controle” sobre a reprodução fez da mulher principal alvo dessas políticas.

Em se tratando de políticas públicas alguns autores defendiam teorias onde inicialmente pregava-se a desqualificação da família, propondo o abrigamento das crianças, “definindo” aqueles familiares como incapazes de mantê-las sob seus cuidados.

Já no início dos anos 90, o olhar das políticas sociais se volta para as crianças na família. A nova Constituição Brasileira e, sobretudo com a efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente a proposta principal é o resgate dos laços familiares com o slogan: Lugar de criança é na família, na escola e na comunidade.

No artigo 4º da Lei 8069/1990 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA verifica-se que a família desempenha um papel fundamental nos cuidados com a criança, acompanhada em seguida pela comunidade, sociedade em geral e poder público.

“É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.”

Na atualidade a família continua encontrando dificuldades de garantir às crianças e adolescentes o acesso à saúde, à alimentação, ao esporte e ao lazer, à cultura, enfim a uma vida com dignidade. Pois, o Poder Público em geral também não vem garantindo aos adultos provedores dessa família o acesso a uma vida digna.

A família, ao longo dos anos e neste novo século, vem se remodelando e reconfigurando-se de maneira que novos valores ou diferentes valores são construídos no seio das mesmas. O modelo triangular definido por Aries pouco ou quase nunca é visto. Nas famílias economicamente empobrecidas e usuárias dos serviços assistenciais que o Poder Público oferece o que é visto frequentemente são famílias compostas por jovens mães, com um grande número de crianças, onde o atual companheiro não é o genitor de todos os filhos.

Assim, nas décadas atuais propõe-se o retorno à família.

Segundo Potyara, propõe-se, um retorno as famílias, pois atualmente uma gama de políticas articuladoras busca contemplar o núcleo familiar:

“... políticas de valorização da vida doméstica, tentando conciliar o trabalho remunerado dos pais com as atividades do lar; tentativas de redução dos riscos de desagregação familiar... reinserção da mulher trabalhadora no tradicional papel de “dona-de-casa”, com o chamativo apelo da importância do cuidado direto materno da criação saudável dos filhos” (2004:26).

Nota-se o reconhecimento da necessidade de propor a centralidade da família como sujeito na política de assistência social, destacando especificamente a mudança de paradigma ocorrida na Assistência Social, a partir da Constituição Federal de 1988 e a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), em 1993, no que concerne a transição do assistencialismo para a assistência social como direito.

No campo específico da política de assistência social, desde a promulgação da LOAS, está em andamento um processo de implementação da assistência social como direito, rompendo com o legado do assistencialismo. Neste contexto,

é preciso lançar luz sobre o modo como a família vem desempenhando esse novo papel que lhe está sendo atribuído. Segundo Potyara a instituição familiar:

“... sempre fez parte integral dos arranjos de proteção social dos brasileiros (...) pela participação (principalmente feminina) dos membros da unidade familiar nas tarefas de apoio aos dependentes e na reprodução de atividades domésticas não remuneradas” (2004: 29).

Historicamente, a forma de enfrentamento da questão social, pelo Estado e também pelas organizações da sociedade civil, no que se refere às "respostas programáticas" na área de assistência social, se deu como ajuda, favor, benemerência, de forma paternalista e clientelista. O que deixou marcas até hoje causou a miopia que vários setores têm sobre o que realmente é a assistência social no Brasil.

O legado do assistencialismo, dentre vários problemas, traz dificuldades junto a setores importantes da sociedade, que deixam de realizar articulações com área da assistência social com receio de ações paternalistas e/ou clientelista, igualando assistência social ao assistencialismo, e, não a compreendendo ainda como uma conquista de direito.

É de fundamental importância, portanto, enxergar assistência social como direito. É a Constituição Federal de 1988 que marca a ruptura legal do assistencialismo na execução das políticas de assistência social, bem como, com o paradigma da benemerência, da ajuda moral e do favor. A proposta da Política Nacional de Assistência Social – Resolução nº. 145, de 15 de outubro de 2004 tem como princípio a política de assistência que leva em conta três vertentes de proteção social: as pessoas, suas circunstâncias e dentre elas seu núcleo de apoio primeiro, isto é, a família.

Presença crescente de desemprego, informalidade de emprego, violência, fragilização dos vínculos sociais e familiares expõe a seus participantes a risco e vulnerabilidades.

“As dificuldades em cumprir com funções de proteção básica, socialização e mediação, fragilizaram, também a identidade do grupo familiar, tornando mais vulneráveis seus vínculos simbólicos e afetivos. As linhas de atuação devem abranger, desde o acesso aos serviços de apoio a sobrevivência até sua inclusão a redes sociais” (PNAS 2004:38).

Dessa maneira, conhecer as relações intra e extra familiares que ora se apresentam na sociedade é de fundamental importância. A família atualmente enfrenta dificuldade em ultrapassar o modelo patriarcal, autoritário e machista, este não responde mais aos anseios de seus membros que desejam experimentar uma família que se caracterize pelo respeito mútuo de seus integrantes.

Por conseguinte, conhecer as relações familiares nestas circunstâncias passa a ser um dos grandes desafios do Assistente Social. É importante que este seja mediador das relações familiares e deste sujeito social com os serviços públicos oferecidos fazendo assim com que sua ação se dê de maneira inovadora. E a família possa realmente cumprir a proteção básica de seus membros.

A pesquisa que realizei apoiada na experiência do assistente no Centro Social Semear e Educar se propõe a mostrar as relações entre as crianças e os membros familiares que participam da proposta social ali desenvolvida. De como o espaço de atendimento animado pelo assistente social pode possibilitar o resgate dos vínculos familiares, fortalecer o diálogo e relacionamento entre adultos e crianças e desses adultos com as políticas sociais públicas oferecidas pelo entorno.

3.2. Crianças e Relações Familiares

“Quando você crescer você vai fazer o quê?”

- Eu quero ser bailarina!

- Eu quero ser modelo!

- Eu vou ser inventor de robôs!

- Eu vou ser ‘mãe’!

- Você vai ser mãe quando crescer?

- É quando eu crescer eu quero ser mãe!”

(J. 05 anos)

Diante da tradicional pergunta: ‘O que você quer ser quando crescer?’ Muitas são as respostas. Acredita-se que a criança já é então, ela não vai ser, por isso prefere-se perguntar o que cada um deseja fazer quando crescer.

Ao indagar-se a uma criança ou adolescente o que deseja fazer quando for adulto, geralmente ele responde algo que tenha como referência os pais ou com algo que a família faça. Ou algumas vezes, na atualidade, modelo e jogador de futebol tem sido a profissão mais desejada por influência da mídia.

No entanto, para minha surpresa a menininha de três anos respondeu sem pestanejar que deseja ser mãe quando crescer. Ao conhecer a família da menina percebemos a maneira que os membros se relacionavam era com carinho e admiração.

Além do desejo de ser mãe há também, várias ocasiões onde não somente a menina, mas as crianças, de maneira geral, querem ser igual aos pais quando crescerem. Alguns de nós estamos hoje numa profissão que teve como inspiração a mãe ou o pai ou até mesmo os avós.

Ainda criança não se teme imitá-los admirá-los. O desejo de ser igual a eles persiste em geral até a adolescência depois se dilui em meio a rebeldias,

retornando talvez depois, quando adultos e amadurecidos ou ficam definitivamente esquecidos na memória.

A criança nas relações familiares pode representar vários papéis, ora é motivo de alegria, ora tristeza, ora preocupação, ora pura emoção. Sarti (2007) cita que a criança na família representa obrigações morais significativas, no projeto de casamento ‘fertilizando-o’. Mas, crianças e adolescentes ‘podem levar uma surra’. Os jovens mais facilmente apresentam capacidade de reação, já as crianças sofrem sem visibilidade.

No núcleo familiar a criança desperta maiores cuidados ou angústias e frustrações por parte dos adultos, que por várias questões não seja capaz de cumprir suas funções paternas.

Nas últimas décadas elas (as crianças) vêm tomando lugar em inúmeras políticas e campanhas ligadas a setores da sociedade, principalmente saúde e educação. Várias são as campanhas com vistas a protegê-las. Num momento querem tirá-las de seus lares devido a pais violentos, em outros, mantê-las aí acreditando que lugar da criança é na família.

A família continua sendo objeto de idealização. As transformações sociais sofridas pela sociedade de maneira geral tiveram rebatimentos consideráveis no núcleo familiar. Mas, dentro das relações familiares, a função materna continua servindo de inspiração, ao menos para a menininha mencionada no início do capítulo.

O nascimento de um bebê é cheio de expectativas, independente de ter sido ou não planejado ou da situação sócio-econômica da família que o concebeu.

Ao nascer, a criança necessita da mãe ou do adulto que irá se relacionar como ‘referência’ com ela. Uma boa relação materna ou paterna ou do adulto que desempenhe esta função permitirá a criança superar grande parte das dificuldades inerentes ao seu desenvolvimento.

A criança necessitará se adaptar a um mundo novo que deverá conhecer e compreender. Muitas de suas tentativas de conhecer e explorar o ambiente constituirá a base de futuras atividades de maneira geral. Boa ilustração é a brincadeira com as mãos ou com os cabelos da mãe ou com o lençol ou com os brinquedinhos de seu berço.

Conhecer, aprender, produzir, muitas vezes se a criança tem oportunidade e é incentivada para tais atitudes ela aprende e passa a desenvolver todas essas

ações em suas brincadeiras, já na primeira infância. O principal risco que se corre na atualidade é deixar que as crianças percam esta oportunidade.

Nessa relação o papel dos pais ou dos adultos com quem a criança convive é fundamental. A inserção e valorização do lúdico são indispensáveis para estreitar as relações entre adultos e crianças.

Segundo Arminda Aberastury:

“Em torno dos quatro meses inicia-se a atividade lúdica. Algo fundamental ocorreu na vida mental da criança: os objetos funcionam como símbolos e, ao mesmo tempo, produzem-se em seu corpo modificações que facilitam o exame do mundo. Começa a ser capaz de controlar seus movimentos, coordena-os com a vista e já pode, com muita precisão, aproximar a mão dos objetos, desde que estejam próximos” (1992:25).

A brincadeira leva a criança desenvolver seu senso de companheirismo. Jogando com seus amigos ela aprende a conviver, ganhando ou perdendo ela busca compreender as regras do jogo aguçando sua curiosidade e a capacidade de superação das dificuldades apresentadas.

Enquanto brincam as crianças revelam seu cotidiano nos lares e as situações que vivenciam. Se as crianças vivem num ambiente saudável onde o respeito é mútuo e seus pais e demais adultos da família ensinam a prática do respeito ao outro sendo tratadas com dignidade e atenção, possivelmente a criança reproduzirá tal atitude.

Afinal a família é o primeiro e principal grupo familiar que a maioria dos seres humanos experimenta. Sendo os adultos da família os principais exemplos para crianças.

De acordo com Pernetta:

“A criança educada com amor e liberdade obedece aos pais não por imposição destes e pelo medo ao castigo, mas como um sentimento que parte de si mesmo, naturalmente. Ela sente-se amada pelos pais, retribui esse amor, ama-os, admira-os confia em sua orientação, esmera-se por identificar-se com eles, em

poucas palavras, faz tudo para obedecê-la. Uma obediência que não é um constrangimento ou uma obrigação, nem mesmo um dever: simplesmente acontece” (1983:130)

Os pais desempenham um papel fundamental na formação do caráter e personalidade da criança.

Veja-se o que diz Pernetta:

“A criança tem o centro de equilíbrio psicológico depositado nos pais. Como consequência desse fato, influencia-se em alto grau pelo estado emocional deles, participa estreitamente de suas alegrias e tristezas, depressões e entusiasmos, desânimos e expectativas. E, fatalmente, intranqüiliza-se diante de suas desavenças. Se for coisa leve e passageira muito bem. Mas conflitos sérios e repetidos infundem em seu espírito angústia e insegurança, ainda que cada um dos pais mantenha com ela relações muito afetuosas (1982:83-84)”.

Em relação ao afeto Sawaia (2007) questiona como é possível gerar uma instância política baseada sobre os afetos na família. A autora aponta algumas alternativas, tais como: ‘eleger o valor afeto na ação social com famílias pobres’, ‘potencializar as pessoas para combater o que causa o sofrimento’, ao falar de sofrimento a autora refere-se especificamente ao ‘sofrimento ético-político’.

“Quando falamos de sofrimento, estamos nos referindo a um específico, ao sofrimento ético-político, que é a dor (físico-emocional) evitável do ponto de vista social, pois é infligida pelas leis racionais da sociedade a sujeitos que ocupam determinadas posições sociais. Falamos do sofrimento que a sociedade impõe a alguns de seus membros, da ordem da injustiça, do preconceito e da falta de dignidade. Referimo-nos, como fala Shakespeare, ao sofrimento de ser forçado ao sofrimento pela condição social” (2007: 46).

Para a autora trabalhar o afeto não significa uma alegria ininterrupta. Pois tal atitude impede o indivíduo de pensar.

A atuação profissional deve firmar sua base na atribuição constante de que a família assistida possui um saber sobre si própria, acreditando que assim, ela será capaz de promover uma mudança social para seus membros juntamente com profissionais, técnicos e pesquisadores.

Neste contexto é importante prosseguir com a apresentação do pensamento arendtiano (2005) sobre ação e freiriano (1978 e 1979) sobre educação e mudança, visando melhor compreensão da experiência de atuação da assistente social.